

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS - BACHARELADO

Daiane Deponti Bolzan

**KEYNES E HAYEK: O OTIMISMO DE CAMBRIDGE CONFRONTA O
FATALISMO DE VIENA**

Santa Maria, RS
2018

KEYNES E HAYEK: O OTIMISMO DE CAMBRIDGE CONFRONTA O FATALISMO DE VIENA

KEYNES AND HAYEK: CAMBRIDGE'S OPTIMISM CONFRONTS VIENNA'S FATALISM

Daiane Deponti Bolzan¹, Reginaldo Teixeira Perez²

RESUMO

Este artigo tem por objetivo identificar como a ciência econômica utiliza o conceito de *homo economicus*. Busca-se assim entender como a racionalidade dos indivíduos é interpretada nas abordagens de dois dos principais economistas do século XX: John Maynard Keynes e Friedrich Hayek. Apesar de partirem do mesmo entendimento acerca da racionalidade individual, esses autores chegam a conclusões bastante diferentes sobre a atuação governamental. Enquanto Keynes enfatiza a necessidade de atuação do Estado para a resolução de crises causadas pelo comportamento irracional dos agentes, Hayek aponta que é a interferência do Estado que amplifica as crises e que essas seriam mais rapidamente superadas se o mercado atuasse livremente.

Descritores: Keynes; Hayek; racionalidade econômica.

ABSTRACT

This article aims to identify how economic science uses the concept of *homo economicus*. It seeks to understand how the rationality of individuals is interpreted in the approaches of two major economists of the Twentieth Century: John Maynard Keynes and Friedrich Hayek. Although they start from the same understanding of individual rationality, these authors arrive at quite different conclusions about the governmental performance. While Keynes emphasizes the need for state action to resolve crises caused by agents' irrational behavior, Hayek points out that it is state interference that amplifies crises and that these would be more quickly overcome if the market were to act freely.

Keywords: Keynes; Hayek; economic rationality.

¹ Autora; Acadêmica do Curso de Bacharelado em Ciências Sociais – UFSM.

² Cientista Político, orientador; Professor do Departamento de Ciências Sociais – UFSM.

Daiane Deponti Bolzan

KEYNES E HAYEK: O OTIMISMO DE CAMBRIDGE CONFRONTA O FATALISMO DE VIENA

Artigo de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Bacharelado em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), como requisito parcial para a obtenção do grau de **Bacharel em Ciências Sociais**.

Aprovado em 09 de julho de 2018.

Reginaldo Teixeira Perez (UFSM)
(Presidente/Orientador)

Janaína Xavier do Nascimento

Eduardo Lopes Cabral Maia

Santa Maria, RS
2018

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| 1 INTRODUÇÃO | 1 |
| 2 O CONCEITO DE RACIONALIDADE E A RACIONALIDADE ECONÔMICA..... | 2 |
| 3 KEYNES E A TEORIA GERAL..... | 11 |
| 4 HAYEK E O CAMINHO DA SERVIDÃO | 18 |
| 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS | 22 |
| REFERÊNCIAS..... | 25 |

KEYNES E HAYEK: O OTIMISMO DE CAMBRIDGE CONFRONTA O FATALISMO DE VIENA³

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo se propõe a analisar o conceito de racionalidade econômica subjacente as abordagens de John Maynard Keynes⁴ e Friedrich Hayek⁵, dois importantes economistas do século XX. Tal conceito é basilar para o desenvolvimento da ciência econômica pois é nele que se fundamentam os demais argumentos político-econômicos das diversas escolas de pensamento econômico posteriores a eles. Ou seja, tal como nas demais ciências sociais, a identificação de como os indivíduos racionalizam e, a partir disto, interagem, tem efeito importante para a interpretação dos modelos teóricos desenvolvidos e também no entendimento da relação estabelecida entre os indivíduos, a sociedade e o Estado.

Busca-se neste artigo identificar como a racionalidade dos indivíduos é interpretada pelos dois principais economistas do século XX com base no debate travado por eles que marcou a discussão entre livre mercado e intervencionismo na ciência econômica.

Inicialmente, abordou-se neste artigo o conceito de racionalidade econômica utilizada pelos economistas clássicos bem como algumas críticas a este. Considerando-se, desse modo, o conceito de *Homo economicus* e do utilitarismo no pensamento econômico anterior à década de 1930. A divisão se dá em função da importância histórica deste período, em especial a publicação da *Teoria Geral do Emprego, Juros e do Dinheiro* de Keynes que marca a criação da macroeconomia, e do

³ O título deste artigo é apenas uma provocação acadêmica e não representa uma opinião pessoal dos autores. Skidelsky utiliza a frase em seu artigo. Segundo Skidelsky (2006, p. 02): “Hayek’s hopes, and expectations, of truth were geared to the long-run; the short run was full of error. These errors must be allowed to burn themselves out, because that was how mankind learned wisdom. The Keynesian position – and this partly included Keynes – was much more peremptory: error must be extirpated to prevent catastrophe. The optimism of Cambridge confronted the fatalism of Vienna.”

⁴ KEYNES, John Maynard (1883-1946). O mais célebre economista da primeira metade do século XX, pioneiro da macroeconomia. Seus estudos sobre o emprego e o ciclo econômico desafiaram por terra os conceitos da ortodoxia marginalista, e as políticas por ele sugeridas conduziram a um novo relacionamento, de intervenção, entre o Estado e o conjunto das atividades econômicas de um país (SANDRONI, 1999, p. 323).

⁵ HAYEK, Friedrich August von (1899-1992). Economista austríaco, naturalizado inglês, representante da corrente neoliberal, contrária a qualquer intervenção do Estado na economia. Ganador do Prêmio Nobel de Economia de 1974 juntamente com Gunnar Myrdal (SANDRONI, 1999, p.278).

debate entre Keynes e Hayek teve sobre a ciência econômica e pela perspectiva sobre a qual a racionalidade de mercado é interpretada nestas abordagens.

Posteriormente, apresentou-se a interpretação de Keynes sobre a racionalidade dos agentes econômicos que com o seu livro *Teoria Geral* de 1936 abalou o argumento central da teoria clássica de racionalidade completa dos indivíduos e identificando o mercado como um ambiente instável em que os indivíduos poderiam ser guiados por “espíritos animais” e em que as expectativas a respeito do desempenho econômico são mais importantes que o nível de poupança de um país⁶.

O debate fervoroso entre Keynes e Hayek na década de 1930 trouxe elementos importantes à tona, em especial sobre o nível de interferência que o Estado deveria ter na vida dos indivíduos. Com “*O caminho da servidão*” (1944), Hayek apresenta suas preocupações quanto ao rumo que a política econômica na Europa tomava utilizando como fundamento de seu argumento os valores individuais e a impossibilidade de que o planejamento possa efetivamente atender adequadamente a eles.

2 O CONCEITO DE RACIONALIDADE E A RACIONALIDADE ECONÔMICA

De modo geral, a racionalidade econômica pode ser entendida como o modelo pelos quais os agentes econômicos tomam suas decisões, em especial as que dizem respeito a compra, venda e ao patrimônio, ou seja, nas interações que ocorrem nos mercados⁷ econômicos. No estudo das ciências sociais, não apenas as relações entre os agentes econômicos são importantes, mas também o entendimento que se tem feito sobre estas relações e, principalmente quais são os mecanismos que sustentam o argumento de cada uma dessas interpretações.

Esta seção trata a concepção da racionalidade econômica através da abordagem econômica que antecede à Keynes e Hayek. O entendimento de como os economistas clássicos e neoclássicos interpretam a racionalidade dos indivíduos é fundamental para se entender a crítica keynesiana e Hayekiana a eles.

⁶ O modelo clássico prega que o aumento da poupança estimulará o investimento e, desta forma, levará ao crescimento econômico, mas Keynes afirma que não há nada que garanta que a poupança se transformará em investimento.

⁷ Apesar do enfoque deste artigo não ser a concepção de Mercado, o artigo de Wanderley (2002) apresenta a visão da Sociologia Econômica sobre o ele incluindo o carácter sociológico e simbólico que ele pode ter.

Com o advento da razão no período iluminista, a ação humana passa a ser explicada por motivos racionais, há um sentimento entre os principais pensadores de que as paixões devem ser contidas e a razão emerge como ingrediente fundamental nesta equação. Hirschmann (2000) traz um argumento interessante neste sentido: o da possibilidade de previsibilidade e constância de um mundo governado por interesses⁸.

A introdução da racionalidade, entendida aqui como racionalidade instrumental, orientada aos interesses, o comportamento dos indivíduos aponta também para um certo tipo de entendimento da relação dos indivíduos, da esfera política (Estado) e da esfera econômica (Mercado) e, principalmente, pela noção de que os indivíduos por si sós são capazes de discernir o que seria melhor para si próprios fazendo isso da forma mais eficaz e eficiente possível.

A concepção individualista, que atomiza o indivíduo, associada a racionalidade instrumental, perdurou como concepção hegemônica na ciência econômica por muito tempo sintetizada no conceito de *Homo economicus*. Uma definição sobre este conceito é a dada por Sandroni (1999) em seu *Novíssimo Dicionário de Economia*. Segundo ele,

HOMEM ECONÔMICO (Homo Economicus). Conceito criado pelos economistas da escola clássica (Adam Smith, David Ricardo etc.) e utilizado pelos administradores, segundo o qual o homem seria perfeitamente racional e capaz de fundamentar suas decisões exclusivamente por razões econômicas, preocupando-se em obter o máximo de benefício com o mínimo de sacrifício de modo imediato. O homem econômico agiria racionalmente no sentido de maximizar sua riqueza e assim introduzir novos métodos produtivos para enfrentar a concorrência no mercado. O conceito foi uma abstração conveniente da escola clássica, útil nas discussões e análises econômicas e na elaboração de suas teorias (SANDRONI, 1999, p. 285).

Por esta definição percebe-se claramente como o conceito é agora apresentado pelos economistas apenas como uma “abstração conveniente” para o desenvolvimento dos modelos econômicos. Entretanto, esta “abstração conveniente” foi amplamente utilizada para a orientação de políticas econômicas e sociais ao longo da História.

⁸ Segundo ele: “A convicção de que o interesse poderia ser considerado motivo dominante no comportamento humano causou considerável excitação intelectual: finalmente fora encontrada uma base realista para uma ordem social viável” (Hirschmann, 2000, p. 48-49).

A evolução de tal abstração acompanha a evolução da ciência econômica. A divisão desta em escolas de pensamento permite que se percebam os contrastes na análise econômica que possibilitam a compreensão do assunto. Utilizaram-se aqui as definições mais difundidas sobre a divisão das escolas de pensamento econômico.

A primeira escola de pensamento a ser abordada é a “Escola Clássica” identificada em autores como Adam Smith⁹, David Ricardo¹⁰, Jean-Baptiste Say¹¹ e Thomas Malthus¹². A Lei de Say é o conceito que melhor representa a percepção desta escola para o pensamento econômico. Segundo esta Lei, a oferta cria sua própria demanda, ou seja, o mercado se autorregularia através da ação autointeressada de seus agentes e, portanto, a intervenção estatal era desnecessária (ou ainda, prejudicial). Além disso, todo o produto econômico gerado seria demandando e, portanto, a ênfase dada por esta abordagem é de que o aumento da oferta levaria ao crescimento econômico.

A adoção, por parte de Smith, do individualismo aponta para um tipo de organização social harmônica que tem como princípio unificador o mercado em que os indivíduos atuam livremente garantindo seus próprios interesses e, desta forma, assegurando a realização ótima de seus objetivos. O pressuposto que permanece implícito a esta abordagem é que os agentes possuem completa informação e são assim capazes de tomar uma decisão que otimiza o resultado esperado.

⁹ SMITH, Adam (1723-1790). Economista escocês, um dos mais eminentes teóricos da economia clássica. Foi professor de lógica e filosofia moral e ocupou-se em princípio com questões de ética. Entre 1764 e 1766 morou na França, convivendo com Quesnay, Turgot e outros. Ao retornar a seu país, a preocupação com os fatores que produziram o aumento da riqueza da comunidade o levaria a escrever, em 1776, sua obra mais célebre, *A Riqueza das Nações: Investigação sobre sua Natureza e suas Causas*. A publicação do livro coincidiu com a Revolução Industrial e satisfazia aos interesses econômicos da burguesia inglesa. Nele, Smith exalta o individualismo, considerando que os interesses individuais livremente desenvolvidos seriam harmonizados por uma “mão invisível” e resultariam no bem-estar coletivo; essa “mão invisível” entraria também em jogo no mercado dos fatores de produção, enquanto imperasse a livre-concorrência (SANDRONI, 1999, p.565).

¹⁰ RICARDO, David (1772-1823). Economista inglês, considerado o mais legítimo sucessor de Adam Smith; suas ideias dominaram a economia clássica por mais de meio século (SANDRONI, 1999, p. 531).

¹¹ SAY, Jean-Baptiste (1767-1832). Industrial e economista clássico francês, divulgador da obra de Adam Smith. Elaborou em 1803 a Lei dos Mercados ou Lei de Say, segundo a qual a produção criaria sua própria demanda, impossibilitando uma crise geral de superprodução. Esse conceito de equilíbrio econômico foi a base da teoria econômica neoclássica (SANDRONI, 1999, p.545).

¹² MALTHUS, Thomas Robert (1766-1834). Economista e clérigo inglês, um dos principais nomes da escola clássica. Filho de um culto proprietário de terras, amigo de Hume e Rousseau, formou-se em Cambridge e tornou-se pastor anglicano em 1797. No ano seguinte era publicada sua mais célebre obra, *An Essay on the Principle of Population* (Ensaio sobre o Princípio da População), na qual conclui que a produção de alimentos cresce em progressão aritmética, enquanto a população tenderia a aumentar em progressão geométrica, o que acarretaria pobreza e fome generalizadas (SANDRONI, 1999, p. 363).

O Utilitarismo¹³ de Jeremy Bentham¹⁴ somado a concepção smithiana da livre iniciativa individual reforça a ideia de que o Estado não deveria intervir na vida privada dos agentes econômicos, uma vez que eles agiriam de forma racional e maximizariam seus objetivos. Esta associação é também o pressuposto fundamental do argumento do liberalismo econômico e livre mercado defendido pela escola clássica, em que os indivíduos agiriam orientados por uma “*mão invisível*” e do somatório das ações individuais orientadas pelos interesses resultaria o desenvolvimento das nações. Neste caso, a tutela do um ente maior como o Estado não seria necessária e poderia ser ainda prejudicial ao desenvolvimento econômico na medida em que desloca o curso original das coisas.

Jevons¹⁶, por sua vez, coloca dor e prazer como o *trade-off* essencial dos indivíduos e também como elemento central da análise econômica. Segundo ele,

O prazer e o sofrimento são indiscutivelmente o objeto último do cálculo da Economia. Satisfazer ao máximo as nossas necessidades com o mínimo de esforço — obter o máximo do desejável à custa do mínimo indesejável —, ou, em outras palavras, *maximizar o prazer*, é o problema da Economia (JEVONS, 1996, p. 69).

Ele apresenta os indivíduos como possuidores de apenas duas características essenciais: A primeira, que os indivíduos extraíam utilidade do consumo de

¹³ Utilitarismo. O utilitarismo é uma filosofia moral e política conceptualizada na Grã-Bretanha, no decurso da industrialização, entre o fim do séc. XVIII e o do séc. XIX. Esta corrente de pensamento reporta-se a um princípio único: o princípio de utilidade, que é o meio pelo qual devem harmonizar-se os interesses privados e os interesses públicos, e graças ao qual serão alcançadas tanto a felicidade individual como a prosperidade pública (BOUDON; BOURRICARD, 1993).

¹⁴ BENTHAM, Jeremy (1748-1832). Filósofo, jurista e economista inglês, criador do utilitarismo. Em 1787, escreveu *Defence of Usury* (Proibição da Usura), onde se alinha com Adam Smith, a favor da liberdade de iniciativa econômica do indivíduo. Com *An Introduction to the Principles of Morals and Legislation* (Uma Introdução aos Princípios da Moral e da Legislação), de 1789, Bentham expôs a doutrina utilitarista que o tornaria célebre. Considerando que apenas o egoísmo e a busca da felicidade motivam a conduta humana, defendia um sistema de governo que harmonizasse os interesses, garantindo a maior satisfação possível ao maior número de pessoas (SANDRONI, 1999, p. 52).

¹⁵ Na introdução do livro *Uma Investigação aos Princípios da Moral e da Legislação* de Bentham já é apresentado o princípio norteador de toda sua obra: “A natureza colocou a humanidade sob o domínio de dois mestres soberanos, a *dor* e o *prazer*. Só eles podem mostrar o que devemos fazer, bem como determinar o que faremos (...). Eles nos governam em tudo o que fazemos, em tudo o que dizemos, em tudo o que pensamos (...). O *princípio da utilidade* reconhece a sujeição e a aceita como o fundamento (de sua teoria social) (BENTHAM, J. *apud* HUNT, 1981, p. 147).

¹⁶ JEVONS, William Stanley (1835-1882). Economista inglês da escola marginalista, professor de lógica em Manchester e de economia política em Londres, onde se destacou por combinar a análise teórica com a estatística. Ao mesmo tempo que Menger e Walras, Jevons elaborou, independentemente, a teoria da utilidade marginal, em 1870 (SANDRONI, 1999, p. 314).

mercadorias e, a segunda, todos os indivíduos eram maximizadores racionais e calculistas e este era o fundamento da ação humana.

Apesar de amplamente utilizado como princípio simplificador na análise econômica na medida em que estabelece uma ordem para as preferências individuais, o princípio utilitarista da maximização do prazer (utilidade) sofreu severas críticas, especialmente por aqueles que acreditam que a ação humana seja essencialmente conduzida por outros valores que não a maximização do prazer e do bem-estar. Dentre estas críticas destacam-se algumas interpretações importantes como a Escola Histórica Alemã¹⁷, a Escola Austríaca, a Escola Institucionalista Americana¹⁸ e de Max Weber.

A Escola Histórica Alemã destaca a importância do componente histórico no processo econômico, questionando a universalidade das leis da ciência econômica clássica e apontando aspectos culturais e institucionais característicos de determinado país e período histórico. Pode-se pensar nela em dois períodos: o primeiro, chamado velha Escola Histórica, na qual se destacam Wilhelm G. F.

¹⁷ ESCOLA HISTÓRICA. Caracterizada pela importância primordial concedida à História no estudo do processo econômico, surgiu em 1840, na Alemanha, como reação à escola econômica clássica e teve influência durante cerca de quatro décadas. Seus principais componentes, na primeira fase (1840-60), foram Wilhelm Roscher (1817-1894), Bruno Hildebrand (1812-1878) e Karl Knies (1821-1898). Em sua crítica ao classicismo, a escola histórica alemã nega que as leis econômicas possam ter validade universal, argumentando que não podem ser consideradas absolutas e de atuação perpétua, mas, ao contrário, devem ser relativas e variáveis com o tempo e o lugar. Rejeitando o processo dedutivo como método, enfatizou o relativismo. Ao mesmo tempo, insistiu sobre a unidade da vida social, afirmando que existe uma interação estreita entre os diferentes aspectos sociais, o que tornaria impossível a uma única ciência esgotar o campo a ser investigado (SANDRONI, 1999, p. 215).

¹⁸ INSTITUCIONALISMO. Escola de pensamento econômico que surgiu na década de 20 nos Estados Unidos, influenciada principalmente pela obra de Thorstein Veblen (1857-1929). Desenvolve uma análise econômica baseada no estudo das estruturas, regras e comportamentos de instituições — como empresas, cartéis, sindicatos, o Estado e seus organismos. Ressaltando o papel da estrutura e da organização política e social na determinação dos acontecimentos econômicos, os institucionalistas entraram em aberta polêmica com os economistas ortodoxos, criticando-os por distorcerem a realidade pelo uso de modelos puramente teóricos e matemáticos, não levando em conta o ambiente institucional que envolve a economia. Para os institucionalistas, não é a racionalidade, mas os instintos e costumes que movem o comportamento econômico; não é a competição pelo mercado, mas a competição por riqueza e poder. Desse modo, defendem a importância de outras disciplinas sociais, como a sociologia, a política e a antropologia no estudo e na solução dos problemas econômicos. Entre os economistas mais conhecidos dessa tendência, além de Veblen, estão W.C. Mitchell (1874-1948) e Gunnar K. Myrdal (1898-1987) (SANDRONI, 1999, p. 305).

Roscher¹⁹, Bruno Hildebrand²⁰ e Karl Knies²¹, é marcado pela crítica voraz ao método abstrato-dedutivo utilizado pela escola clássica e propõe o método histórico que parte do pressuposto de que a vida econômica não é isolada da vida política e social. Os historicistas estudam, principalmente, a nação, a moral e o papel do governo. O segundo período, chamado Nova Escola Histórica e tendo Gustav von Schmoller²² como principal figura, se propôs a aplicar o método histórico a estudos concretos. O principal argumento utilizado por esta escola é de que as leis econômicas não são absolutas e não podem ser deduzidas abstratamente de postulados ideais, as leis são sempre relativas às instituições e são obtidas pelo método indutivo a partir de dados históricos. O homem é visto como produto da história e, assim, seus desejos, seu caráter e sua relação com os bens são mutáveis não permitindo que se estabeleçam leis gerais. Assim, não se pode postular a hipótese do *homo economicus* autointeressado.

A Escola Histórica Alemã é também popular pelo *Methodenstreit*, a batalha dos métodos, envolvendo Gustav von Schmoller, do lado Escola Histórica Alemã, e Carl

¹⁹ ROSCHER, Wilhelm Georg Friedrich (1817- 1894). Economista alemão, professor nas universidades de Göttingen e Leipzig. Foi um dos fundadores da escola histórica alemã, influenciado pela escola de direito de Savigny e pelo empirismo histórico, propondo-se a destacar o espírito histórico nas investigações econômicas. Rejeitou o método da economia clássica, argumentando que suas teses clássicas não deviam ser demonstradas abstratamente, mas provadas ou ilustradas por exemplos concretos. Seu primeiro livro, Introdução de um Curso de Economia Política por Meio do Método Histórico (1843), considerado o marco de fundação da escola histórica alemã, destaca o empirismo histórico como base de toda política econômica (SANDRONI, 1999, p. 358).

²⁰ HILDEBRAND, Bruno (1812-1878). Economista alemão da primeira escola histórica. Inspirou-se na filosofia histórica e negou a pretensão dos partidários da escola clássica, que afirmavam ter encontrado as leis da economia natural, válidas em todos os tempos e para todos os países. Com Hildebrand, a escola histórica alemã tornou-se mais explicativa e assumiu uma posição mais consistente em oposição ao pensamento clássico (SANDRONI, 1999, p. 281).

²¹ KNIES, Karl Gustav (1821-1898). Economista alemão que, junto com Wilhelm Roscher e Bruno Hildebrand, foi um dos fundadores da escola econômica histórica alemã. Influenciados principalmente pelas idéias de Auguste Comte, o fundador do positivismo, esses autores procuraram criar uma ciência econômica por meio do exame dos fatos históricos, ao mesmo tempo que faziam a crítica da escola clássica (SANDRONI, 1999, p. 325).

²² SCHMOLLER, Gustav (1838-1917). Economista alemão, fundador e principal representante da nova escola histórica alemã, que teve seu apogeu a partir de 1870. Rejeitando a síntese realizada por seus predecessores, a nova escola histórica tornou-se basicamente descritiva, desenvolvendo uma forte tendência para a investigação histórico-econômica pormenorizada e realista. Schmoller não procurou formular leis gerais do desenvolvimento, como a escola anterior, e colocou em dúvida a aptidão do método clássico para descobri-las. Assim, sua obra simplesmente analisa os fatos econômicos e as instituições, elaborando uma história econômica sob o argumento de que os mecanismos econômicos são relativos às instituições do momento. O Estado poderia intervir para modificar essas estruturas e instituições, realizando reformas sociais (SANDRONI, 1999, p. 546).

Menger²³, do lado a Escola Austríaca²⁴. Enquanto Schmoller criticava a abstração utilizada pelos economistas clássicos e a utilização de leis gerais para determinar o funcionamento da economia, Menger propunha a separação da ciência econômica entre teórica e prática, não descartando a análise histórica, mas apresentando também a possibilidade da utilização de leis abstratas baseadas nos fundamentos psicológicos dos indivíduos²⁵.

Se o ponto essencial da discussão foi o método a ser empregado, na ciência econômica o ponto que fica subentendido é a forma de racionalização dos indivíduos. A Escola Histórica apresenta indivíduos como essencialmente moldados em função de características temporais e espaciais desprovidos de valores universais e, como resultado, não acredita na possibilidade de que leis universais possam explicar o funcionamento do sistema econômico, identificando apenas momentos históricos particulares. A Escola Austríaca, ao centrar sua análise nos valores individuais que motivam as escolhas dos agentes econômicos percebe a possibilidade de que a ação humana seja também guiada por leis abstratas baseadas em valores compartilhados entre os indivíduos. Dentre seus principais propositores, além do já citado Carl

²³ MENGER, Carl (1840-1921). Economista austríaco, fundador da escola austríaca. Desenvolveu uma teoria subjetiva do valor (teoria da utilidade marginal), ligando-o à satisfação dos desejos humanos. Para ele, as trocas ocorrem porque os indivíduos têm avaliações subjetivas diferentes de uma mesma mercadoria: toda a atividade econômica resulta simplesmente da conduta dos indivíduos e deve ser analisada a partir do consumo final, como uma pirâmide invertida (SANDRONI, 1999, p. 378).

²⁴ ESCOLA AUSTRÍACA. Também conhecida como Escola de Viena, a Escola Austríaca é constituída por um grupo de economistas que lecionou na Universidade de Viena e sustentou algumas ideias comuns, mais tarde englobadas no marginalismo. Nascida com Carl Menger (1840- 1921), a escola continuou com Friedrich von Wieser (1851-1926) e Eugen von Böhm-Bawerk (1851-1914). A tradição austríaca encontra-se também nos trabalhos de Ludwig Edler von Mises (1881-1973), de Friedrich August von Hayek (1899-1992) e de John Richard Hicks (1904-1989). O ponto de partida de Carl Menger consistiu em chamar a atenção para os fundamentos psicológicos do valor, voltando a certas ideias de Condillac, que criticava os economistas clássicos que pesquisavam a origem do valor nas coisas e não no homem. Baseando-se nessa ideia, Menger constatou que a intensidade de um desejo decresce com sua satisfação e daí concluiu que o valor de um bem (supondo que ele seja divisível, como um pedaço de pão) é determinado por sua última porção, ou seja, por sua porção menos desejável. Esse é o princípio da utilidade marginal. A conclusões semelhantes chegaram os economistas William Stanley Jevons (1835-1882) e Léon Walras (1834-1910), mas foram os representantes da escola austríaca os que melhor exploraram o princípio. Reduzindo todos os fatos econômicos a valores e partindo da nova noção de valor que formularam, os austríacos acreditaram poder reconstituir abstratamente os mecanismos da vida econômica. Assim, eles propuseram novas explicações para o valor dos bens de produção, os juros, a moeda e a distribuição dos bens (SANDRONI, 1999, p. 211).

²⁵ Para uma abordagem mais ampla sobre o *Methodenstreit* ver: LENZ, M. H. ; LOW, D. A. . Der Methodenstreit - A Batalha dos Métodos: principais pontos do debate. In: XVIII Encontro Nacional de Economia Política, 2013, Belo Horizonte. Anais. Belo Horizonte: SEP, 2013, 2013. v. 1. p. 1-25.

Menger, estão Eugen von Böhm-Bawerk²⁶ e Ludwig von Mises²⁷. Esta escola tem seu zênite no final do século XIX e foi de grande influência no desenvolvimento da teoria de valor subjetivo²⁸.

Von Mises, um dos mais principais economistas da Escola Austríaca e também grande influenciador de Hayek, faz uma crítica veemente a Escola Histórica Alemã apontando tanto a relação destes estudiosos com o governo como prejudicial, quanto a multidisciplinariedade proposta por esta para compreender o homem como irrealista:

Thus economics in the second German Reich, as represented by the Government-appointed university professors, degenerated into an unsystematic, poorly assorted collection of various scraps of knowledge borrowed from history, geography, technology, jurisprudence, and party politics, larded with deprecatory remarks about the errors in the "abstractions" of the Classical school (MISES, 2003, p. 8)²⁹.

A principal diferença apontada por Backhouse (2000) entre a Escola Austríaca e o *mainstream*³⁰ é a utilização dos modelos matemáticos na análise econômica, entretanto, apesar de parecer uma simples questão metodológica, a preferência pela não utilização de métodos matemáticos (amplamente difundidos na economia contemporânea) mostra uma visão mais criteriosa acerca dos valores que fundamentam as decisões individuais. A Escola Austríaca enfatiza a complexidade das escolhas individuais baseadas nos valores subjetivos como centro da análise econômica utilizando-se do individualismo metodológico como base para sua argumentação.

²⁶ BÖHM-BAWERK, Eugen von (1851-1914). Estadista e economista austríaco, um dos expoentes da escola austríaca e do marginalismo, especialista na teoria do capital e dos juros. Professor de economia da Universidade de Viena, foi deputado e ministro das Finanças de seu país por duas vezes (1895-1898 e 1900-1904) (SANDRONI, 1999, p. 59).

²⁷ MISES, Ludwig Edler von (1881-1973). Economista austríaco naturalizado norte-americano, de orientação neomarginalista e neoliberal. Mises privilegia o papel dos bancos na evolução econômica, na medida em que podem emitir de maneira ilimitada os meios de circulação. Para enfrentar crises, recomenda o retorno à circulação efetiva do ouro (SANDRONI, 1999, p. 398).

²⁸ A teoria subjetiva do valor indica que o valor de troca de um produto é definido com base na importância que cada indivíduo dá a este produto.

²⁹ Assim, a economia do Segundo Reich alemão, representada pelos professores universitários nomeados pelo governo, degenerou em uma coleção não sistemática, mal diversificada de vários fragmentos de conhecimento emprestados da história, geografia, tecnologia, jurisprudência e política partidária, adornada com comentários depreciativos aos erros nas "abstrações" da escola clássica (MISES, 2003, p.8, tradução nossa).

³⁰ Considera-se *mainstream* a escola neoclássica que utiliza amplamente o conceito de utilidade e utiliza modelos matemáticos para realizar sua análise.

A Escola Institucionalista Americana, tendo Veblen³¹ como principal representante, entendia o utilitarismo da escola marginalista como uma interpretação simplista e não-histórica da natureza humana e das instituições sociais³². Veblen repudia ao conceito de *homo economicus* sustentando que os costumes e as convenções determinam o comportamento econômico, e que a ação individual se encontra influenciada pelas circunstâncias e as relações de natureza institucional.

Outra abordagem importante para a compreensão da racionalidade é formulada por Max Weber³³. Para ele, a ação do homem em sociedade é orientada pelos significados que carrega. A sociologia é compreensão interpretativa da ação humana, ou seja, do sentido que os agentes dão aos seus atos. Ele estabelece uma tipologia da ação com quatro tipos ideais: ação racional orientada para os fins (*zweckrational*), ação racional orientada pelos valores (*wertrational*), ação emocional (*affektuell*) e ação tradicional (*traditionell*). A ciência social deve, portanto, entender as ações sociais e proporcionar explicações causais para elas. A ação econômica seria orientada para resultados³⁴, entretanto ele distingue os fenômenos econômicos dos economicamente relevantes e de fenômenos economicamente condicionados³⁵.

Weber procura assim abordar os fenômenos macrosociais analisando suas causas microsociais que são assimiladas às razões (implícitas ou explícitas) dos atores. Esta forma de análise dos fenômenos sociais a partir das causas individuais ficou conhecida como individualismo metodológico (BOUDON, 1995).

A concepção do indivíduo racional e maximizador perdurou no *mainstream* econômico e permanece como base dos desenvolvimentos subsequentes da ciência

³¹ VEBLIN, Thorstein Bunde (1857-1929). Economista e sociólogo norte-americano, fundador da chamada escola institucional de economia, que se propõe a estudar o sistema econômico como um todo, privilegiando o papel das instituições (SANDRONI, 1999, 631).

³² “A concepção hedonista do homem é a de que ele seja um calculador de prazeres e dores, que liga e desliga, que oscila como um glóbulo homogêneo de desejo de felicidade sob o impulso de estímulos que o deslocam de um lado para o outro, mas que o deixam intacto. Ele não tem antecedentes nem ações consequentes. É um dado humano isolado, definido, em equilíbrio estável, a não ser pela ação repentina das forças que atuam sobre ele e que o deslocam em uma ou outra direção. Autoimposto no espaço dos elementos naturais, gira simetricamente em torno de seu próprio eixo espiritual, até o conjunto de forças atuar sobre ele, quando segue, então, a linha resultante. Quando a força do impacto de chega ao fim, ele volta ao repouso, como um glóbulo de desejo autocontido, como antes” (VEBLIN, T. *apud* HUNT, 1981, p. 349)

³³ Alguns autores consideram Weber como representante de um terceiro período da escola histórica alemã, como SENN (2005).

³⁴ “A moderna empresa capitalista baseia-se fundamentalmente no cálculo e pressupõe um sistema administrativo e legal cujo funcionamento pode ser racionalmente calculado, em princípio pelo menos, em virtude de suas normas gerais fixas, exatamente como o desempenho previsível de uma máquina” (WEBER, 1997, p. 41).

³⁵ Ver GIDDENS (1994, p. 130).

econômica, por exemplo a teoria da escolha racional. E é sobre esta concepção que são estabelecidas as contribuições dos dois economistas aqui analisados.

De um modo geral, as interpretações de Keynes e Hayek se propõem a alterar o conceito de racionalidade dos indivíduos proposto pelo *mainstream* na medida em que vislumbram a possibilidades de crises no sistema econômico originadas da atuação dos indivíduos no mercado, fato inconcebível na visão neoclássica em que os mercados se autorregulam baseados nas ações (egoístas) individuais, entretanto ambos os autores ainda utilizam o conceito do indivíduo autointeressado em suas análises formulando leis gerais sobre o funcionamento do sistema econômico.

Entretanto, as abordagens de Keynes e Hayek diferem, essencialmente, no resultado geral do processo desencadeado pelas escolhas individuais e na proposta de solução para a instabilidade do sistema econômico. Segundo Cochran e Glahe (1994, p. 75-76) ambos os autores utilizam o modelo Wickseliano³⁶ de poupança-investimento como ferramenta de análise, mas as explicações sobre o processo econômico e as prescrições de políticas econômicas propostas por eles é dramaticamente oposta.

3 KEYNES E A TEORIA GERAL

A década de 1930 pode ser considerada um ponto de referência para a compreensão acerca da racionalidade de mercado, marcada pela depressão subsequente ao *crash* da Bolsa de Valores de Nova York em 1929. Ainda que a crítica de Keynes ao modelo defendido pelo *mainstream* econômico até o momento já fosse evidente antes mesmo do *crash*, como ele deixa claro em “*O fim do laissez-faire*”,³⁷

³⁶ WICKSELL, Knut (1851-1926). Economista sueco, foi um dos precursores da teoria econômica contemporânea ao tentar romper os limites estreitos do marginalismo com um retorno à abordagem macroeconômica em sua teoria do equilíbrio monetário. Sua obra é considerada a melhor síntese e exposição da economia marginalista. Reuniu elementos de autores divergentes, como a análise do equilíbrio geral de Walras com os trabalhos de Böhm-Bawerk, e combinou com facilidade o método expositivo e o matemático de análise. Em seu primeiro livro, *Sobre Valor, Capital e Renda* (1893), Wicksell elaborou uma teoria do valor e da distribuição, baseado na análise marginal desenvolvida por Jevons, Walras e Menger (SANDRONI, 1999, p. 640).

³⁷ “A beleza e simplicidade dessa teoria são tão grandes que é fácil esquecer que ela decorre não de fatos reais mas de uma hipótese incompleta formulada para fins de simplificação. Além de outras objeções a serem mencionadas mais adiante, a conclusão de que os indivíduos que agem de maneira independente para seu próprio bem produzem maior volume de riqueza depende de uma série de pressupostos irrealistas, com relação à inorganicidade dos processos de produção e consumo, à existência de conhecimento prévio suficiente das suas condições e requisitos, e à existência de oportunidades adequadas para obter esse conhecimento prévio” (KEYNES, 1926, p. 117).

artigo publicado em 1926, é com a “*Teoria Geral do Emprego, do Juro e do Dinheiro*” (1936) que o autor apresenta sua análise mais completa sobre o funcionamento do sistema econômico. Alguns pontos inovadores de sua análise dizem respeito a rigidez dos salários nominais, ao desemprego involuntário e sobre as expectativas dos agentes sobre o mercado. Sua teoria causou grande impacto no pensamento econômico e político e, conseqüentemente, na implementação de políticas econômicas após a crise de 1929.

Na *Teoria Geral*, Keynes desenvolve sua crítica aos economistas clássicos identificando a esta teoria como um caso especial da realidade econômico-social³⁸. Ao especificar claramente e atacar as hipóteses que fundamentam a teoria clássica, o autor enfatiza a necessidade de reformulação da teoria econômica comparando-a com a geometria euclidiana:

Contudo, se a teoria clássica é apenas aplicável ao caso do pleno emprego, torna-se obviamente enganoso aplicá-la aos problemas de desemprego involuntário – supondo-se que tal coisa exista (e quem o negará?). Os teóricos da escola clássica são comparáveis aos geômetras euclidianos em um mundo não euclidiano, os quais, descobrindo que, na realidade, as linhas aparentemente paralelas se encontram com muita frequência, as criticam por não se conservarem retas, como único recurso contra as desastrosas interseções que se produzem. Sendo esta a realidade, não há, nenhuma solução a não ser rejeitar o axioma das paralelas e elaborar uma geometria não euclidiana. A ciência econômica reclama hoje uma medida desse gênero. Precisamos desembaraçar-nos do segundo postulado da doutrina clássica e elaborar um sistema econômico em que o desemprego involuntário seja possível no seu sentido mais estrito (KEYNES, 1983, p. 24).

Deve-se destacar, entretanto, que a proposta de reformulação da teoria econômica proposta por Keynes não é a de subversão do sistema capitalista, mas a reforma deste em um período de crise, orientado para a manutenção do sistema e não para seu fim.

Os pontos criticados por Keynes no modelo clássico são cruciais para se compreender a base de seu argumento:

³⁸ No capítulo 1 da *Teoria Geral* Keynes já aponta isto claramente: “Denominei este livro *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*, dando especial ênfase ao termo geral. O objetivo deste título é contrastar a natureza de meus argumentos e conclusões com os da teoria clássica, na qual me formei, que domina o pensamento econômico, tanto prático quanto teórico, dos meios acadêmicos e dirigentes desta geração, tal como vem acontecendo nos últimos cem anos. Argumentarei que os postulados da teoria clássica se aplicam apenas a um caso especial e não ao caso geral, pois a situação que ela supõe acha-se no limite das possíveis situações de equilíbrio. Ademais, as características desse caso especial não são as da sociedade econômica em que realmente vivemos, de modo que os ensinamentos daquela teoria seriam ilusórios e desastrosos se tentássemos aplicar as suas conclusões aos fatos da experiência (KEYNES, 1983, p. 15).

Em diversos pontos deste capítulo [Capítulo 2] fizemos, sucessivamente, a teoria clássica depender das seguintes hipóteses:

- (1) Que o salário real é igual à desutilidade marginal do trabalho existente;
- (2) Que não existe o que se chama desemprego involuntário no seu sentido estrito;
- (3) Que a oferta cria sua própria procura, no sentido de que o preço da procura agregada é igual ao preço da oferta agregada para todos os níveis de produção e de emprego.

Essas três hipóteses, entretanto, equivalem-se entre si, no sentido de que subsistem ou desmoronam juntas, pois qualquer delas depende, logicamente, das outras duas (Keynes, 1983, p. 27).

Na concepção clássica³⁹, o mercado é o agente regulador de preços através de um mecanismo automático. A proposição básica que sustenta este argumento é a Lei de Say, ou seja, a oferta criaria a demanda equivalente e, portanto, o nível de produção e de emprego são determinados exclusivamente pelos chamados “fatores reais” da economia (em contraposição à visão mercantilista que atribuía importância aos fatores monetários). No modelo clássico de curto prazo, a produção é determinada apenas por alterações na utilização da mão-de-obra, uma vez que se supõe fixo o estoque de capital, ou seja, quanto mais pessoas empregadas mais crescimento econômico. O mercado de trabalho funciona como um “mercado leiloeiro” em que os trabalhadores determinam a oferta de trabalho com base no *trade-off* entre renda e lazer, quanto mais alto o salário ofertado mais interessante será para o trabalhador abrir mão de uma hora de lazer. Em todo caso, os trabalhadores maximizariam a utilidade (satisfação) nesta relação entre trabalho e lazer baseando-se nas taxas de salário real e de preço de produtos. Ressalta-se também a suposição de que preços e salários seriam perfeitamente flexíveis e se alterariam apenas em função da relação entre oferta e demanda (FROYEN, 2002, p.43-64).

Segundo Keynes, a teoria clássica do emprego se baseia em dois postulados: 1) o salário é igual ao produto marginal do trabalho; 2) a utilidade do salário, quando se emprega determinado volume de trabalho, é igual a desutilidade marginal desse mesmo volume de emprego. Destes postulados conclui-se que o mercado de trabalho

³⁹ Utilizou-se aqui como referência de concepção de “economistas clássicos” utilizada por Keynes. Nas palavras dele; “Os economistas clássicos’ é uma denominação inventada por Marx para designar Ricardo e James Mill e seus predecessores, isto é, os fundadores da teoria que culminou em Ricardo. Acostumei-me, talvez perpetrando um solecismo, a incluir na ‘escola clássica’ os seguidores de Ricardo, ou seja, os que adotaram e aperfeiçoaram sua teoria, compreendendo (por exemplo, J. S. Mill, Marshall e o Prof. Pigou)” (KEYNES, 1983, p. 15). Esta é também a concepção utilizada atualmente pelos economistas em seus manuais de economia, ou seja, um modelo que agrega concepções tanto de economistas clássicos (Adam Smith, David Ricardo, entre outros) bem como dos economistas neoclássicos.

se autorregularia conforme a oferta de mão-de-obra e, portanto, as únicas formas de desemprego admitido seriam o desemprego friccional, resultante da mobilidade da mão de obra, e o desemprego voluntário, resultado da recusa do trabalhador em aceitar o salário vigente (KEYNES, 1983, p. 18). Conforme o autor, os clássicos não identificam, em seus modelos econômicos, a possibilidade de um terceiro tipo de desemprego: o involuntário⁴⁰.

Volta-se aqui a ressaltar o papel fundamental que a Grande Depressão teve na formulação do pensamento de Keynes e como a introdução do conceito de “desemprego involuntário” foi responsável por uma alteração significativa no pensamento econômico. Ele, ao introduzir este conceito e associá-lo a rigidez dos salários nominais, originada da atuação dos sindicatos, põe a prova o argumento de que o mercado de trabalho e, por conseguinte, o sistema econômico se autorregulariam. Segundo ele, os trabalhadores não estariam dispostos a aceitar reduções nos salários nominais ainda que talvez não houvesse resistência a redução do salário real:

Se bem que o trabalhador resista, normalmente, a uma redução do seu salário nominal, não costuma abandonar o trabalho ao se verificar uma alta de preços dos bens de consumo salariais. Costuma-se, às vezes, dizer que seria ilógico, por parte do trabalhador, resistir à diminuição dos salários nominais e não resistir à dos salários reais. [...] Todavia, lógica ou ilógica, a experiência prova ser este, de fato, o comportamento do trabalhador. Ademais, o argumento de que o desemprego que caracteriza um período de depressão se deva à recusa da mão-de-obra em aceitar a diminuição dos salários nominais não está claramente respaldado pelos fatos (KEYNES, 1983, p. 20).

O argumento que subjaz a percepção dos trabalhadores sobre os salários nominais e reais é exatamente o mesmo que permite a Keynes criticar os clássicos, o de que os indivíduos não utilizariam plenamente a razão instrumental, ou seja, ainda que percebessem uma redução em seu salário real existiriam outros fatores que influenciam o comportamento dos trabalhadores.

O passo seguinte de Keynes é procurar apresentar uma teoria que contemple as críticas levantadas por ele começando pelo papel desempenhado pela demanda

⁴⁰ A definição de desemprego involuntário dada por Keynes é a seguinte: “Existem desempregados involuntários quando, no caso de uma ligeira elevação dos preços dos bens de consumo de assalariados relativamente aos salários nominais, tanto a oferta agregada de mão-de-obra disposta a trabalhar pelo salário nominal corrente quanto a procura agregada da mesma ao dito salário são maiores que o volume de emprego existente” (KEYNES, 1983, p. 23).

efetiva⁴¹ no sistema econômico. O enfoque dos economistas clássicos sempre foi dado à oferta, uma vez que todo produto criado geraria demanda na mesma proporção da oferta como propõe a Lei de Say. Já Keynes admite que não necessariamente todo produto gerado será efetivamente demandado podendo, portanto, ocorrerem crises de superprodução. Assim, ele analisa dois componentes importantes na determinação da demanda efetiva - consumo e investimento – que seriam determinados em grande medida pelas expectativas dos agentes econômicos quanto ao futuro. Tais componentes são explicitados no Terceiro e Quarto Livro da Teoria Geral, respectivamente.

No Terceiro Livro, *A propensão a Consumir*, Keynes aponta que o consumo de um país depende da interação de três fatores:

O montante que a comunidade gasta em consumo depende, evidentemente: (i) em parte, do montante da sua renda; (ii) em parte, de outras circunstâncias objetivas que o acompanham; e (iii), em parte, das necessidades subjetivas, propensões psicológicas e hábitos dos indivíduos que o compõem, bem como dos princípios que governam a distribuição da renda entre eles (que são passíveis de modificação à medida que aumenta a produção) (KEYNES, 1983, p. 72).

Ele identifica fatores objetivos e subjetivos que influenciariam a propensão marginal a consumir. O autor cita seis fatores objetivos que influenciam a propensão a consumir: 1) Uma variação na unidade de salário; 2) Variação na diferença entre renda e renda líquida; 3) Variações imprevistas nos valores de capital não considerados no cálculo da renda líquida; 4) Variação na taxa intertemporal de desconto, isto é, na relação de troca entre os bens presentes e os bens futuros; 5) Variações na política fiscal; 6) Modificação das expectativas acerca da relação entre os níveis presentes e futuros de renda (KEYNES, 1983, p. 71 – 81). De um modo geral, ele apresenta elementos que alteram as expectativas dos indivíduos quanto a sua intenção de consumo baseados na sua condição de salário e renda disponível e na escolha intertemporal. E, a partir daí conclui a “lei psicológica fundamental⁴²” de

⁴¹ Demanda efetiva é “ponto de interseção da função da demanda agregada com o da oferta agregada” (Keynes, 1983, p. 30), ou seja, a demanda efetiva corresponde a interação entre a oferta e demanda agregadas podendo representar diversos diferentes pontos dependendo do quanto foi efetivamente consumido e investido.

⁴² “A lei psicológica fundamental em que podemos basearmos com inteira confiança, tanto a priori, partindo do nosso conhecimento da natureza humana, como a partir dos detalhes dos ensinamentos da experiência, consiste em que os homens estão dispostos, de modo geral e em média, a aumentar o

que os indivíduos aumentam seu consumo proporcionalmente ao seu aumento de renda.

Já quanto aos fatores subjetivos que determinam a propensão a consumir, Keynes destaca oito motivos pelos quais os indivíduos se abstêm do consumo: “precaução, previdência, cálculo, melhoria, independência, iniciativa, orgulho e avareza⁴³” (KEYNES, 1983, p. 83). Desta forma, com base nos fatores objetivos e subjetivos, os indivíduos escolhem quanto consumir. Como o produto é uma função do consumo e investimento. Keynes aponta que a renda disponível determina o nível de consumo e assim, que afeta o emprego.

Keynes, deste modo, inverte a relação entre renda e emprego proposta pelos clássicos. Não é o emprego que determina a renda de um país, mas o nível de renda que determina o nível de emprego. São, portanto, a propensão a consumir e o nível de investimento que determinam o nível de emprego⁴⁴.

Daí ele conclui que a elevação da taxa de juros acabaria trazendo um resultado oposto aquele proposto pelos clássicos, que creem na elevação da taxa de juros como mecanismo incentivador da poupança privada e, com isso, para a geração de renda.

A elevação da taxa de juros poderia induzir-nos a poupar mais se as nossas rendas permanecessem invariáveis. Se essa elevação da taxa de juros retarda o

seu consumo à medida que a sua renda cresce, embora não em quantia igual ao aumento da renda” (KEYNES, 1983, p. 75).

43 “Há, em geral, oito motivos ou fins importantes de caráter subjetivo em virtude dos quais os indivíduos se abstêm de gastar sua renda:

Constituir uma reserva para fazer face a contingências imprevistas;

Preparar-se para uma relação futura prevista entre a renda e as necessidades do indivíduo e sua família, diferente da que existe no momento, como por exemplo no que diz respeito à velhice, à educação dos filhos ou ao sustento das pessoas dependentes.

(i) Beneficiar-se do juro e da valorização, isto é, porque com um consumo real maior em data futura é preferível a um consumo imediato mais reduzido;

(ii) Desfrutar de um gasto progressivamente crescente, satisfazendo, assim, um instinto normal que leva os homens a encarar a perspectiva de um nível de vida que melhore gradualmente, de preferência ao contrário, mesmo que a capacidade de satisfação tenda a diminuir;

(iii) Desfrutar de uma sensação de independência ou do poder de fazer algo, mesmo sem ideia clara ou intenção definida da ação específica;

(iv) Garantir uma *masse de manœuvre* para realizar projetos especulativos ou econômicos;

(v) Legar uma fortuna;

(vi) Satisfazer a pura avareza, isto é, inibir-se de modo irracional, mas persistente, de realizar qualquer ato de despesa como tal” (KEYNES, 1983, p. 83).

⁴⁴ “A propensão a consumir e o nível do novo investimento é que determinam, conjuntamente, o nível de emprego, e é este que, certamente, determina o nível de salários reais – não o inverso” (KEYNES, 1983, p. 33).

investimento, porém, nossas rendas não ficarão nem poderão continuar inalteráveis. Elas têm de baixar, forçosamente, até que o declínio da capacidade de poupar seja suficiente para compensar o estímulo correspondente ocasionado por uma taxa de juros mais alta. Quanto mais virtuosos, quanto mais resolutamente frugais e mais obstinadamente ortodoxos formos em nossas finanças particulares e nacionais, mais terão de baixar as nossas rendas quando o juro subir proporcionalmente à eficiência marginal do capital⁴⁵. A obstinação só nos trará um castigo, e jamais uma recompensa, pois o resultado é inevitável (KEYNES, 1983, p. 85)

Keynes enfatiza como o incentivo para poupar, no caso a taxa de juros mais alta, pode reduzir o investimento e assim gerar maior redução na renda. O indivíduo atuaria racionalmente objetivando seu próprio interesse (o aumento de seu rendimento de poupança) mas teria como resultado a redução da renda no agregado geral da economia, uma vez que o aumento da taxa de juros tornaria o investimento mais caro. A relação que define esta equação tem a taxa de juros e a eficiência marginal do capital como variáveis centrais: “Tudo depende da medida com que a taxa de juros seja favorável ao investimento, levando-se em conta a eficiência marginal do capital” (KEYNES, 1983, p.85).

No Quarto Livro, Keynes trata do incentivo a investir e, em especial, dos “espíritos animais”. Ele critica o individualismo dos economistas clássicos, e defende que a atividade econômica é guiada não apenas por motivos racionais e acrescenta a irracionalidade das paixões, responsáveis pela maioria das flutuações otimistas ou pessimistas do mercado e, adiciona ainda o papel das expectativas dos agentes quanto a realização de determinados resultados como importantes para a análise econômica e para a instabilidade do sistema econômico.

Além da causa devida à especulação, a instabilidade econômica encontra outra causa, inerente à natureza humana, no fato de que grande parte das nossas atividades positivas depende mais do otimismo espontâneo do que de uma expectativa matemática, seja moral, hedonista ou econômica. Provavelmente a maior parte das nossas decisões de fazer algo positivo, cujo

45 Eficiência marginal do capital é aquela taxa de desconto que equaciona o preço de um ativo de capital fixo com o valor descontado atual da renda esperada, ou seja, é a taxa líquida de retorno do capital investido. De um modo geral, o investidor compara a eficiência marginal do capital que espera obter com um investimento com o ganho possível de obter se investir seu capital na poupança. Se a eficiência marginal do capital for maior do que a taxa de juros, o investidor realizará o investimento; se a eficiência marginal do capital for menor que a taxa de juros, o investidor optará por manter seu capital aplicado na poupança.

efeito final necessita de certo prazo para se produzir, deva ser considerada como manifestação do nosso entusiasmo – como um instinto espontâneo de agir, em vez de não fazer nada -, e não como resultado de uma média ponderada de lucros quantitativos multiplicados pelas probabilidades quantitativas (KEYNES, 2011, p. 117).

Como resultado de sua percepção sobre a instabilidade inerente ao sistema econômico, Keynes propõe que a atuação governamental seria o elemento capaz de conciliar a racionalidade individual com o crescimento econômico através do incentivo à indução de políticas capazes de gerar emprego e renda. Esta posição foi decisiva na definição de políticas econômicas no mundo todo e incentivou estudos sobre a racionalidade dos indivíduos interagindo no mercado e ao entendimento da relação indivíduo, mercado e governo.

4 HAYEK E O CAMINHO DA SERVIDÃO

Apesar de também se basear no modelo Wickselliano de poupança-investimento, a perspectiva adotada por Hayek segue em direção distinta da adotada por Keynes. Hayek enfatiza que a atuação dos agentes econômicos pode acarretar em consequências não-intencionais, não necessariamente racionais, e que, portanto, toda a condução da política econômica pode acabar gerando resultados diversos daqueles perseguidos.

O argumento básico que sustenta sua teoria é a de que, mesmo racionalmente orientada, a atuação dos agentes pode não necessariamente atingir o objetivo estabelecido ou, pior, gerar outros efeitos nocivos. Este argumento é bem evidente em sua principal obra *O Caminho da Servidão* publicado em 1944 na qual o autor apresenta suas dúvidas a respeito do caminho que a humanidade estaria seguindo no pós-guerra⁴⁶.

Para Hayek, o melhor mecanismo para o ajuste do sistema econômico é o mecanismo de preços e não controles estabelecidos por meio de políticas econômicas. Assim, segundo ele, é da interação das forças de mercado que devem ser estabelecidos os preços e é desta forma que a economia se equilibraria. Os indivíduos seriam capazes de identificar racionalmente como agir no mercado.

⁴⁶ É hoje necessário declarar esta verdade amarga: é o destino da Alemanha que estamos em perigo de seguir (Hayek, 1977, p.04).

É a força dessa racionalidade individual que se sobrepõe aos interesses coletivos quando atuam dentro do governo, ou seja, os indivíduos racionalmente optam pelos interesses individuais em detrimento do interesse coletivo que supostamente deveriam defender na vida pública.

A atividade econômica não estaria livre de oscilações, pelo contrário, os ciclos econômicos são interpretados por ele como resultado das diferentes expectativas dos agentes econômicas e inerentes ao sistema econômico. Hayek apresenta a incerteza como um componente importante para o entendimento do sistema econômico. Seu argumento é que a incerteza produziria desequilíbrios e que, portanto, a instituição de regras claras e objetivas poderia tornar o sistema mais estável. Sua proposta é de uma abordagem mais ou menos “evolucionária” das instituições que permitissem a estabilidade necessária ao sistema econômico.

Em *Desemprego e a Política Monetária*, publicado originalmente em 1981, Hayek entra nas questões econômicas mais importantes do período que correspondiam no *trade off* entre inflação e desemprego.

Hayek aponta que “O desemprego atual é o resultado direto da miopia das ‘políticas de pleno emprego’ adotadas nos últimos 25 anos” (2011, p.19). Segundo o autor, a extinção do padrão-ouro⁴⁷ e das taxas fixas de câmbio que funcionavam como freios automáticos para o sistema econômico permitiu manter o pleno emprego por meio da expansão do crédito, mas resultou em inflação. Ele propõe três escolhas políticas: 1) permitir que continue o acelerado processo inflacionário; 2) controlar salários e preços, o que levaria a um sistema totalitário; 3) frear o aumento da quantidade de dinheiro e trazer à tona os problemas do mal direcionamento da alocação da mão-de-obra.

Hayek entende que

Para Keynes, o desemprego é decorrente sobretudo de uma demanda agregada que se mostra insuficiente em relação ao total de salários que seriam pagos se todos os assalariados estivessem empregados recebendo os salários vigentes (HAYEK, 2011, p. 28)

⁴⁷ Em 1971, os Estados Unidos acabaram com a conversibilidade do dólar em ouro que havia sido estabelecida pelo Acordo de Bretton Woods em 1944 e mantinha o sistema econômico internacional ancorado na quantidade de ouro disponível.

Esta fórmula que estabelece uma relação direta da demanda total com o emprego é apontada pelo autor como “cientificista” pois a teoria keynesiana seria a única passível de prova quantitativa apesar de ser falsa. Assim, o autor procura estabelecer uma “verdadeira teoria do desemprego” identificando a discrepância entre o modo como a mão de obra é distribuída e o modo como se distribui a demanda pelos bens originados por esta mão de obra:

A discrepância, que é decorrente de uma distorção do sistema de preços relativos e de salários, somente poderá ser corrigida através da alteração das relações, ou seja, através do estabelecimento, em cada setor da economia, dos preços e dos salários que equalizarão oferta e demanda (HAYEK, 2011, p. 29)

Resumidamente, para o autor, o desemprego é causado por um desvio do equilíbrio entre preços e salários que pode ser ampliado com a utilização de políticas keynesianas. Entretanto, como ele mesmo aponta, esta explicação não é comprovável pois não se pode demonstrar a correlação estatística existente entre a distorção dos preços relativos e o volume de desemprego. E termina argumentando que “A superstição corrente de que somente o mensurável é importante tem contribuído muito para desorientar os economistas e o mundo em geral” (HAYEK, 2011, p. 29) e que a teoria keynesiana apresenta oportunidades tentadoras aos políticos.

Com a crença que a expansão dos gastos públicos era necessária para a plena utilização dos recursos ociosos, os obstáculos que impediam as autoridades monetárias de emitirem cada vez mais dinheiro foram removidos.

A manutenção do valor do dinheiro e a decisão de evitar a inflação estão sempre exigindo que os políticos tomem medidas extremamente impopulares. Mostrar que o governo é compelido a tomar tais medidas é a única forma que os políticos encontram para justificá-las perante as pessoas que são negativamente afetadas por elas (HAYEK, 2011, p. 30).

Hayek aponta que não é possível conviver com a inflação porque tal inflação, para gerar aumento da renda, deverá acelera-se constantemente podendo chegar a níveis que impeçam qualquer ordem efetiva de mercado e, também porque, a longo prazo, a inflação criará mais desemprego do que o que pretendia combater. Ou seja, a inflação causa o aumento do desemprego e não afeta apenas a redistribuição do produto social (HAYEK, 2011).

Sobre a experiência brasileira de convívio com a inflação, Hayek aponta que

As medidas tomadas em alguns desses países, particularmente no Brasil, no sentido de tentar, através de algum tipo de indexação, enfrentar os problemas da inflação, podem, na melhor das hipóteses, amenizar algumas de suas consequências, mas certamente não vão chegar a alterar suas principais causas ou seus efeitos mais nocivos. Estas medidas são inoperantes quanto à prevenção do maior dos danos que a inflação produz – a alocação inadequada da mão de obra (HAYEK, 2011, p. 34).

As duas consequências inevitáveis da inflação são a alteração do fluxo monetário e a criação da expectativa de que haverá um aumento ainda maior de preços. O ajuste do sistema econômico passaria pela crise que pode levar a inquietação social (HAYEK, 2011).

Confesso que há algum tempo venho querendo que a inevitável crise chegue logo. E espero, agora, o insucesso de todo e qualquer esforço no sentido de que o processo de expansão monetária tenha um pronto reinício, a fim de que sejam forçados a optar por uma nova política (HAYEK, 2011, p. 36).

Hayek também apresenta uma escolha intertemporal: “ou algum desemprego em um futuro próximo ou um desemprego muito maior em um futuro mais distante” (HAYEK, 2011, p. 36). Assim, o objetivo econômico, para ele, não deve ser o pleno emprego como defendido por Keynes, mas um elevado e estável nível de emprego que só seria atingido com a livre ação dos preços e dos salários. O mercado para Hayek é o mais eficiente sistema de comunicação, mas também um processo de interação social no qual a informação necessária é compartilhada:

Este sistema de comunicação, que chamamos de mercado, vem a ser um mecanismo de condensação de informações dispersas mais eficiente que qualquer outro deliberadamente concebido pelo homem para o mesmo fim (HAYEK, 2011, p. 56)

Desse modo, o autor aponta para a necessidade da independência das autoridades monetárias:

A política monetária pode evitar consideráveis flutuações na quantidade de dinheiro ou no volume do fluxo de renda, mas o efeito que ela exerce sobre o emprego não deve constituir-se no fator predominante para seu estabelecimento: seu principal objetivo deve ser, ainda, a estabilidade do valor da moeda. As autoridades monetárias devem, portanto, estar efetivamente protegidas contra as pressões políticas que muitas vezes as têm, hoje em dia, forçado a tomar medidas que, sendo politicamente vantajosas a curto prazo, se mostram, a longo prazo, extremamente nocivas à comunidade (HAYEK, 2011, p.39)

A abordagem hayekiana, portanto, apresenta alguns pontos de convergência tanto com a teoria clássica (eficiência do mercado, agentes econômicos maximizadores, ajuste dos preços relativos) como com a teoria keynesiana (falhas de coordenação em grande escala)⁴⁸ (COCHRAN;GLAHE, 1994, p. 70).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise econômica se fundamenta em grande medida no conceito de *homo economicus* que implica o entendimento dos indivíduos como autointeressados. Entretanto, a forma como os argumentos teóricos dos economistas se articulam para estabelecer suas teorias difere e implica em propostas de formulação de política também distintas. Procurou-se, nesse artigo, identificar como a ciência econômica trata a racionalidade dos indivíduos nas abordagens de Keynes e Hayek.

Esses autores incorporam elementos de análise na teoria econômica. Keynes apresenta a possibilidade de irracionalidade dos mercados (com os “espíritos animais”) e Hayek indica as consequências não-intencionais da ação.

Keynes e Hayek procuram abordar a influência dos agentes econômicos dentro do sistema como passíveis de gerar crises, fato incompreensível diante do arcabouço teórico clássico. Segundo Keynes, as expectativas positivas ou negativas dos indivíduos acerca do mercado podem ser instigadoras ou mitigadoras do investimento e, portanto, do crescimento econômico. Já Hayek identifica a possibilidade de crises oriundas da atuação do Estado como indutor dos indivíduos ao investimento, tendo o mercado como mecanismo de coordenação econômica mais eficiente. Como resultado dessa percepção acerca do comportamento dos indivíduos dentro do sistema, eles determinam formas díspares de atuação política.

⁴⁸ Like the classical school, the Hayek-von Mises approach emphasizes optimization of private economic agents, the adjustment of relative prices to equate supply and demand, and the efficiency of unfettered markets. Unlike the classical school, and similar to the Keynesian school, Hayek and von Mises believe that understanding the business cycle requires an understanding of how an economy can suffer a coordination failure on a grand scale (COCHRAN; GLAHE, 1994, p. 70).

Como a escola clássica, a abordagem de Hayek-von Mises enfatiza a otimização dos agentes econômicos privados, o ajuste dos preços relativos para igualar a oferta e a demanda e a eficiência dos mercados irrestritos. Ao contrário da escola clássica, e similar à escola keynesiana, Hayek e von Mises acreditam que compreender o ciclo de negócios requer uma compreensão de como uma economia pode sofrer uma falha de coordenação em grande escala (COCHRAN; GLAHE, 1994, p. 70, tradução nossa).

Keynes argumenta que dada a incerteza do comportamento dos indivíduos no mercado é necessária a atuação do governo com a implementação de políticas expansionistas, proporcionando baixas taxas de juros para incentivar a geração de empregos. Já Hayek conclui que no curto prazo os efeitos reais da expansão monetária são temporários, estes efeitos serão revertidos e o resultado da expansão monetária não será mais empregos e maior estabilidade econômica, mas exatamente o oposto. Se para Keynes a solução das crises econômicas é o Estado, Hayek vê o Mercado como saída.

Boa parte da discussão econômica atual centra-se na atuação do Estado na economia e tem por base o debate travado entre Keynes e Hayek. Enquanto a atuação governamental seria o mecanismo capaz de superar a crise de coordenação do mercado pela ótica keynesiana; na ótica hayekiana, ela é o mecanismo amplificador da crise. É o encontro do otimismo de Keynes acerca da atuação política *versus* o fatalismo de Hayek acerca dos resultados a serem obtidos pela atuação política como sugere o título desse artigo.

Isso explica em parte o grande sucesso da teoria keynesiana entre os formuladores de política econômica, já que ela abre mais espaço à atuação política e dos políticos com objetivos intervencionistas. A teoria hayekiana, ao criticar a possibilidade de coordenação do sistema econômico e assinalar que essa pode causar resultados diversos dos intencionados, implica um padrão distinto de racionalidade política que é marcada pela delimitação do poder de atuação política.

Além disso, os autores introduziram novos elementos acerca da racionalidade dos indivíduos dentro do sistema econômico que trouxeram vários desenvolvimentos posteriores na análise econômica no que diz respeito à informação e expectativas dos agentes no sistema econômico. Vários modelos foram formulados tendo por base as expectativas adaptativas, aquelas que são elaboradas com base no comportamento passado dos indivíduos, e as expectativas racionais, que incorporam além do comportamento passado a análise do momento presente e possíveis resultados futuros. No que diz respeito a informação, há atualmente diversos estudos sobre informação assimétrica que procuram identificar como os indivíduos se comportam quando um indivíduo possui mais informação que outro no sistema econômico. Ou seja, ao introduzir a questão das expectativas na teoria econômica, tanto Keynes quanto Hayek trouxeram uma enorme contribuição para o desenvolvimento da teoria econômica.

REFERÊNCIAS

BACKHOUSE, Roger E.. Austrian Economics and the mainstream: view from the boundary. **The Quarterly Journal of Austrian Economics**, Ludwig von Mises Institute, vol. 3, n. 2, p. 31–43 summer, 2000. Disponível em: https://mises-media.s3.amazonaws.com/qjae3_2_3.pdf?file=1&type=document. Acesso em: 02 de julho de 2018.

BOUDON, R. **Tratado de Sociologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

BOUDON, Raymond & BOURRICARD, François. **Dicionário crítico de Sociologia**. São Paulo: Ática, 1993.

COCHRAN, J. P.; GLAHE, F. R.. The Keynes-Hayek Debate: Lessons for Contemporary Business Cycle Theorists. **History of Political Economy**. Duke University Press, vol. 26, issue 1, 69-94, 1994. Disponível em: <https://read.dukeupress.edu/hope/article-abstract/26/1/69/11668/The-Keynes-Hayek-Debate-Lessons-for-Contemporary?redirectedFrom=fulltext>. Acesso em: 05 de março de 2018.

FROYEN, R.. **Macroeconomia**. São Paulo: Saraiva, 2002.

GIDDENS, Anthony. *Marx, Weber e desenvolvimento do capitalismo*. In: GERTZ, René (Org.). **Max Weber e Karl Marx**. São Paulo: Hucitec, 1994.

HAYEK, F. A. **O caminho da servidão**. 2. ed. São Paulo: Globo, 1977.

HAYEK, F.A. **Desemprego e política monetária**. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises, 2011. 68 p. Disponível em: <https://mises.org.br/Ebook.aspx?id=56>. Acesso em: 24 de abril de 2015.

HIRSCHMAN, Albert O., **As paixões e os interesses: argumentos políticos para o Capitalismo antes de seu Triunfo**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

HUNT, E. K. *História do pensamento econômico*. 7.ed. Rio de Janeiro: Campus, 1981.

JEVONS, W. S. **A teoria da Economia Política**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

KEYNES, J. M. **Teoria Geral do Emprego do Juro e do Dinheiro**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

KEYNES, J. M. O fim do *laissez-faire*. In: SZMRECSÁNYI, T. (org.). **John Maynard Keynes**. São Paulo: Ática. p. 106-126.

LENZ, M. H. ; LOW, D. A. . Der Methodenstreit - A Batalha dos Métodos: principais pontos do debate. In: XVIII Encontro Nacional de Economia Política, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte/MG: SEP, 2013. v. 1. p. 1-25. Disponível em: <http://www.sep.org.br/upload/article/3000/3025.pdf>. Acesso em: setembro 2013.

MISES, F. V.. **The Historical Setting of the Austrian School of Economics**. Edição online. Ludwig von Mises Institute, 2003. Disponível em: <http://mises.org/document/1001/>. Acesso em: agosto 2013.

SKIDELSKY, R. **Hayek versus Keynes: The Road to Reconciliation**. Redaktsiya zhurnala Voprosy Ekonomiki, 2006, vol. 6.

SANDRONI, P. **Novíssimo Dicionário de Economia**. São Paulo: Editora Best Seller, 1999.

SENN, P. R. The German historical schools in the history of economic thought. **Journal of Economic Studies**, v. 32, n. 3, p. 185–255, 2005.

WANDERLEY, Fernanda. Avanços e desafios da Nova Sociologia Econômica: notas sobre os estudos sociológicos do mercado. **Soc. estado.**, Brasília, vol.17, n.1, pp. 15-38, junho 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922002000100003. Acesso em: 10 de maio de 2016.

WEBER, Max. *Burocracia e liderança política*. In: WEBER, M. **Max Weber: textos selecionados**. São Paulo: Nova Cultural, 1997. (Coleção Os Economistas).

WEBER, M. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009.